

# NAZISTAS PELO MUNDO: A ORGANIZAÇÃO PARA O EXTERIOR DO PARTIDO NACIONAL-SOCIALISTA DOS TRABALHADORES ALEMÃES

## NAZIS AROUND THE WORLD: THE FOREIGN ORGANIZATION OF NATIONAL SOCIALIST GERMAN WORKERS PARTY

Taís Campelo Lucas\*

**Resumo:** Representado em oitenta e três países ou territórios, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) concentrou em sua Organização para o Exterior os esforços de união dos cidadãos alemães residentes fora da Alemanha sob a doutrina nazista. O presente artigo analisa sua formação e objetivos na criação de núcleos partidários em países estrangeiros, assim como suas consequências internas e externas para a diplomacia do Terceiro Reich.

**Palavras-chave:** Nazismo, Partidos políticos, Ideologia, Alemanha, Partido Nazista.

**Abstract:** Represented in eighty-three countries or territories, the National Socialist German Workers Party (NSDAP) focused on its Foreign Organization the efforts to gather German citizens living outside Germany under the Nazi doctrine. The present article analyses its formation and objectives at the creation of party cells in foreign countries, as well as the internal and external consequences for Third Reich's diplomacy.

**Keywords:** Nazism, Political Parties, Ideology, Germany, Nazi Party.

Ao iniciarmos o estudo sobre os núcleos nazistas fundados em diferentes cidades do mundo, próximas ou muito distantes da Alemanha, é importante ressaltar que cada célula do Partido Nazista não se constitui enquanto um organismo autônomo.<sup>1</sup> Por exemplo, ao circunscrever a análise ao Partido Nazista no Brasil, sublinha-se que o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Landesgruppe Brasilien*, Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – Grupo Nacional Brasil, era subordinado à *Auslandorganisation der NSDAP* (AO/NSDAP), a Organização para o Exterior do

\* Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: tais.lucas@acad.pucrs.br

<sup>1</sup> O artigo aqui apresentado resulta da adaptação do capítulo inicial da minha tese de doutorado (CAMPELO LUCAS, 2011).

NSDAP, sem delimitações geográficas e dirigidas aos cidadãos alemães residentes no exterior ou em constante trânsito, como o caso dos marinheiros.

O primeiro departamento do Exterior do Partido Nazista, o *Auslands-Abteilung*, foi fundado em Hamburgo em abril de 1931. Na esteira do crescimento político de Adolf Hitler na Alemanha e, em especial, após a expressiva votação do NSDAP para o Parlamento em setembro de 1930, cresceu o interesse em agregar os alemães emigrados sob a bandeira do nacional-socialismo. O número significativo de votos que receberam dos alemães residentes no exterior nessa mesma eleição também chamou a atenção das lideranças nazistas. Até aquele momento, pequenos grupos haviam se organizado no estrangeiro e encontravam-se vinculados à direção em Munique, porém não existia uma estratégia voltada aos *Reichsdeutsche*, ou seja, aos chamados “alemães imperiais”, cidadãos do Reich cuja terminologia sublinha o pertencimento legal à Nação e contrasta com aqueles que possuem apenas o referencial étnico, o *Völkdeutsche*, em geral descendentes de origem alemã, mas sem o vínculo jurídico pleno com a Alemanha. A estimativa do Partido apontava, em 1937, uma população de 515.860 cidadãos alemães residentes nos 83 países ou territórios onde se encontravam núcleos nazistas organizados.<sup>2</sup> No início da década, os pequenos grupos no estrangeiro eram pouco significativos, todavia bastante dedicados à Hitler e orgulhosos do contato direto com o movimento na Alemanha (McKALE, 1977, p. 18).

Hans Nieland foi designado para a chefia Departamento do Exterior, subordinado à Gregor Strasser, que desempenhava a função de *Reichsorganisationsleiters der NSDAP*, responsável pela reestruturação do Partido.<sup>3</sup> Sua jurisdição abrangia os partidários no estrangeiro que não se encontravam inseridos nas organizações distritais da Áustria, da região do Sarre (que fora integrada à França após a Primeira Guerra Mundial) e da cidade livre de Danzig, que haviam sido criados entre 1927 e 1928.

Em seu primeiro comunicado, Nieland conclamou os nazistas no exterior a tornarem-se mais engajados no movimento e distribuiu as diretrizes para o estabelecimento de grupos locais e pagamento das contribuições financeiras (McKALE, 1977, p. 20). Os novos núcleos deveriam reproduzir a

---

<sup>2</sup> Os dados estatísticos apresentados nesse artigo referem-se ao seguinte documento, sob guarda do *Politisches Archiv, Auswärtiges Amt*, Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores (Berlim, Alemanha): *Statistik der AO. Verhältnis der Reichsdeutschen zu den Parteimitgliedern*. Berlin, 30 de junho de 1937. Akten betreffend: Statistik, kulterpolitik des AA, Zeitschriften.

<sup>3</sup> Gregor Strasser (1892-1934) defendia uma proposta anticapitalista radical e tornou-se crítico de Hitler pelo seu abandono às classes trabalhadoras. Afastou-se do Partido em 1932 e foi assassinado pela SA em 30 de junho de 1934, na “Noite das Facas Longas”. Hans Heinrich Nieland (1900-1976) ingressou no NSDAP em 1926 e foi eleito deputado no Parlamento alemão em 1930. Após sua passagem pelo Departamento do Exterior, assumiu a chefia da Polícia de Hamburgo em março de 1933. Foi designado Prefeito de Dresden entre 1940 e 1945. Preso pelos britânicos, não foi condenado, sendo considerado apenas “seguidor” ou “membro nominal” do nacional-socialismo em 1950.

divisão organizacional da matriz alemã, estruturados em grupos locais com pelo menos vinte e cinco membros ou em pontos de apoio, com no mínimo cinco pessoas. Localidades com um número ainda inferior de nazistas constituíam células subordinadas a um grupo local próximo ou diretamente à *Ausland-Abteilung*. Assim que a quantidade de cidadãos alemães reunidos fosse suficiente, uma lista com o nome dos integrantes deveria ser encaminhada para aprovação, a ser confirmada por Nieland. O grupo deveria escolher uma liderança, também sujeita ao aval de Hamburgo, e esta indicaria um secretário, um tesoureiro e um responsável pela propaganda no núcleo partidário. O mesmo procedimento era adotado na escolha dos *Landesgruppenleiters*, as lideranças dos grupos nacionais, porém com maior interferência do departamento do exterior. Tal estruturação permaneceu praticamente inalterada até a extinção do Partido.

A finalidade desse primeiro estímulo à mobilização dos cidadãos alemães no exterior era a expansão da organização partidária através de novos grupos nacionais, que concentrassem e promovessem o princípio do líder (*Führerprinzip*), premissa fundamental de obediência política nacional-socialista. O Departamento do Exterior foi posteriormente elevado à *Gau* (comarca, região administrativa do *Reich*), intitulada *Gau Ausland*, e subordinada diretamente à Rudolf Hess. Os primeiros países a terem seus grupos reconhecidos foram a Argentina, o Brasil e o Paraguai. Entretanto, ao final de 1932, somente 150 *Ortsgruppen* e *Stützpunkte* haviam sido criados, a maioria muito pequenos. De fato, ocorreram inúmeros relatos de indisciplina, divisões internas, agressões às comunidades alemãs locais por parte dos grupos nazistas no exterior, comprometendo a imagem do NSDAP. O insucesso de Nieland, devido à ausência de uma direção mais precisa, contribuiu para sua substituição em março de 1933, mas não se deve dispensar a disputa intrapartidária pela sua posição.

A tomada de poder na Alemanha pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, em 30 de janeiro de 1933, alterou a perspectiva interna acerca das relações exteriores como um todo. Se, anteriormente, a presença de núcleos partidários no exterior servia como instrumento de difusão da ideologia nazista entre os cidadãos alemães, a partir deste momento, o controle sobre o aparato estatal colocou a *Wilhelmstrasse*, o Ministério das Relações Exteriores, a serviço das pretensões expansionistas territoriais nazistas, do seu combate ao comunismo e aos Estados liberais, da difusão da superioridade da raça ariana e da legitimidade da exclusão dos judeus da sociedade.

Os nazistas viram no *Machtergreifung* (tomada de poder) mais do que uma simples troca de governo: ela representou o início de uma revolução que transformaria a sociedade alemã de acordo com a sua ideologia. A então chamada “Revolução Nazi” era

composta essencialmente de três elementos. Primeiro, os nazistas utilizaram a autoridade legal do Estado e a sua estrutura para legitimar o seu controle sobre o Serviço Público, a Polícia e as Forças Armadas. Todos aqueles que resistiram a submeter-se à nova autoridade foram dispensados ou liquidados. Segundo, houve o uso generalizado do terror e da coerção na ausência de lei e ordem, permitindo que as Tropas de Assalto prendessem pessoas e confiscassem bens livremente. O persuasivo medo da violência não deve ser subestimado visto sua incontestável inibição das forças de oposição. A ameaça de violência foi, em certa medida, contrabalançada pela imagem positiva da sociedade nazista, apresentada pelos meios de comunicação em uma escala sem precedentes. A propaganda é, por conseguinte, o terceiro elemento. Uma sociedade que ainda sofria de um profundo sentimento de humilhação nacional, enfraquecida pela inflação, pela depressão econômica e pelo desemprego em massa, foi, talvez não surpreendentemente, atraída para a restauração nacional-socialista, que proclamava poder integrar os diferentes elementos sob a bandeira do renascimento nacional para a Alemanha (WELCH, 2004, p. 216, 217. Tradução nossa).

O cargo de chefia no Departamento do Exterior foi disputado por Alfred Rosenberg, deputado do *Reichstag* eleito em 1930, assim como Nie-land, e à frente do inexpressivo *Aussenpolitisches Amt*, Escritório de Política Externa (APA)<sup>4</sup>. A indicação, no entanto, recaiu sobre o experiente Ernst W. Bohle, assistente voluntário da *Ausland-Abteilung* desde dezembro de 1931 e favorito de Hess.<sup>5</sup> Em 1934, o Departamento passa à denominação *Auslandsorganisation der NSDAP*, Organização para o Exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (AO). Com a transferência para Berlim, em 1935, seu aparato administrativo foi expandido e seu orçamento aumentado.

É clara a importância que os *Landesgruppen* ou grupos nacionais ganharam após a reestruturação da Organização para o Exterior. Sob a égide do conceito de cidadania baseado na raça e no sangue, a função da AO era congregar os alemães no exterior através da promoção de associações e institutos ligados ao Partido, da difusão ideológica e da contrapropaganda de seus adversários. Marionilde Magalhães aponta mais duas tarefas da organização: reunir informações acerca das possibilidades de transações comerciais favoráveis à Alemanha e recrutar voluntários para caso de eventual conflito armado (MAGALHÃES, 1998, p. 136).

<sup>4</sup> Alfred Rosenberg (1893-1946) foi um dos principais teóricos do nacional-socialismo, publicando uma proposta racial para abordagem da questão judaica no livro *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts* ("O Mito do Século XX"). Foi Ministro do Reich nos territórios ocupados no Leste a partir de 1941 e condenado à morte pelo Tribunal de Nuremberg.

<sup>5</sup> Ernst Wilhelm Bohle (1903-1960) nasceu em Bradford, na Inglaterra, e cresceu na África do Sul. Filiou-se ao NSDAP em 01º de março de 1932 e ingressou na SS – *Schutzstaffel*, tropas de proteção – no ano seguinte. Também foi Secretário de Estado do Exterior.

Reforçar a subordinação das lideranças dos grupos nacionais à Bohle, assim como a autoridade destes frente aos grupos locais dentro de cada país, foi essencial para recobrar a credibilidade do NSDAP e do novo governo da Alemanha junto aos países estrangeiros que os abrigavam. A criação de uma proximidade em relação ao partidário no estrangeiro com a organização na Alemanha contribuiu também para a estabilidade dos núcleos. O *Landesgruppenleiter* que desobedecesse as orientações da AO era imediatamente substituído. Cursos para lideranças e reuniões periódicas eram promovidos em Hamburgo. Cada líder nacional era escolhido cuidadosamente por Bohle e confirmado por Hitler. Em sua maioria, eram comerciantes, empresários e professores, alguns deles nazistas veteranos, que militavam antes mesmo de imigrarem a outros países.

Os fundadores dos partidos nazistas no estrangeiro eram, em geral, homens nascidos ao final do século ou poucos anos depois. Experimentaram sua socialização política nos últimos anos da época do Kaiser e, quando lhes foi possível, participaram da Primeira Guerra Mundial. Rejeitaram a República de Weimar e, em mais de uma ocasião, uniram-se às tropas irregulares (*Freikorps*) e/ou entraram em grupos ou partidos da extrema-direita. Emigraram nos anos vinte por motivos econômicos porque não conseguiram integrar-se na vida civil da Alemanha e consolidar sua existência. O país de destino dependia mais da casualidade do que de projetos concretos. Poucos emigrantes conseguiram estabelecer-se de imediato. Precisavam trocar muitas vezes de trabalho para finalmente encontrar, depois de vários anos, um posto que lhes permitissem viver sem problemas de subsistência (MÜLLER, 1995, p. 91. Tradução nossa).

Além de coordenar os líderes dos *Ortsgruppen* de seu país, as lideranças deveriam garantir que estivessem sendo realizados, nos núcleos partidários espalhados pelo país, a organização de reuniões de doutrinação, promoção de atividades sociais, propagação da difusão da ideologia nacional-socialista, ampliação do número de associados, além do recolhimento de donativos para o *Winterhilfswerk*, o Auxílio de Inverno (WHW), e de contribuições para a *Deutsche Arbeitsfront*, a Frente de Trabalho Alemã (DAF), ambas as instituições da matriz original do NSDAP que eram replicadas nos grupos do exterior.

Com frequência, eles [os líderes nacionais] trabalhavam em tempo integral nas suas ocupações, que incluíam construir uma rede entre núcleos locais e células em seus países, recrutar membros, disseminar propaganda e resolver problemas de alemães estrangeiros. Alguns eram bem pagos pelos seu trabalho: em 1939, os líderes do Partido na Inglaterra, Palestina, Hungria, Paraguai, Bulgária, Austrália, Noruega, Colômbia, Itália e Espanha chega-

ram a receber vários milhares de dólares (McKALE, 1977, p. 122. Tradução nossa).

A responsabilidade dos líderes nacionais ultrapassava a gestão interna dos grupos. Além do doutrinamento ideológico e do alinhamento político dos alemães no exterior, ele também se apresentava como representante no exterior do projeto político nazista.

O historiador Donald McKale afirma que os planos da AO incluíam a utilização dessa extensiva rede de partidários para alargar os contatos comerciais com outros países.

Os nazistas também estavam convencidos de que alemães no estrangeiros poderiam ser utilizados mais amplamente nos planos econômicos da Alemanha. Enquanto o governo começava a rearmar a Alemanha e tornar o país economicamente auto-suficiente, o Departamento de Comércio Exterior da AO [...] tentou contribuir na política de autarquia, mobilizando o amparo econômico dos alemães no estrangeiro. O Departamento de Comércio Exterior indicou um conselheiro econômico, que geralmente era um empresário alemão local (*Wirtschaftsstellenleiter*), em cada grupo nazista no exterior. Os conselheiros, de acordo com a AO, trabalharam para concluir acordos de transação comercial para firmas alemãs, garantindo os interesses econômicos dos alemães no estrangeiro e divulgando “a visão econômica nacional-socialista” (McKALE, 1977, p. 51. Tradução nossa).

O autor comenta que a iniciativa não se mostrou muito rentável. Apesar de receberem relatórios periódicos sobre as empresas que contribuíam com o NSDAP e o consequente aval para o estímulo ao comércio, nem todos os “homens de negócios” indicados para exercerem essa função foram além da denúncia de antinazistas e judeus envolvidos com as empresas alemãs no exterior.

Albert Hagemann complementa que, além da coleta de dados econômicos para promover as exportações do *Reich*, o esforço da AO focava também a eliminação do “comércio judeu” e o combate ao boicote dos produtos alemães. “Uma divisão especial dentro da sede da AO em Berlim estava organizada e direcionada para a interpretação dos dados econômicos fornecidos pelos grupos nacionais por todo o mundo” (HAGEMANN, 2001, p. 82. Tradução nossa). O ganho político de Bohle com a reorganização dos alemães no exterior sob a tutela da AO o permitiu decretar o fim da proibição de novas filiações ao NSDAP para os alemães residentes no exterior ainda em 1933. Desde maio deste ano, o ingresso de novos membros estava banido na Alemanha, assim permanecendo. Apenas 10,5% dos partidários do exterior haviam ingressado antes dessa data.

David Welch argumenta que o conceito de *Völksgemeinschaft*, a comunidade étnica, era o elemento chave do propósito revolucionário nazista, que defendia a instituição de um Estado propriamente germânico (no sentido mais étnico do termo), rejeitando a democracia e concentrando os poderes em um líder forte, para salvar o conjunto de valores originais alemães da degeneração propalada pela República de Weimar (WELCH, 2004, pp. 213, 214). A palavra alemã *Volk* é de difícil tradução, pois refere-se não somente ao Povo ou à Nação, abrangendo “um significado mais profundo e de certo modo diverso, com a conotação de uma comunidade tribal primitiva, baseada no sangue e na terra” (SHIRER, 2008, p. 131). O *Deutschum*, traduzido por *germanismo*, é “uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” especialmente no exterior e se manifesta na formação de instituições como agremiações esportivas, igrejas, escolas, associações culturais e imprensa em língua alemã para preservação cultural (GERTZ, 1998, p. 32).<sup>6</sup> O movimento pangermanista ganhou impulso com o crescimento do NSDAP na Alemanha, quando inúmeras entidades vislumbraram possibilidades de ganhos tanto econômicos – aumento de verbas para a expansão dessas organizações – quanto ideológicos, na divulgação de sua doutrina (MAGALHÃES, 1998, p.135). O sentimento do *Deutschum* remota ao século XIX e Magalhães define essa nova leitura da seguinte forma:

Um movimento inspirado num modelo de nacionalismo em que estiveram presentes tanto sonhos separatistas quanto de unificação. Um movimento profundamente comprometido com o romantismo alemão, mas também com o pragmatismo inerente aos projetos imperialistas de expansão de mercados e de territórios; um movimento que se valeu de princípios jurídicos e culturais, mas que não dispensou o ódio e a violência contra seus adversários; e que, à semelhança de seu inspirador na Europa, cooperou para o surgimento de um dos capítulos mais singulares da história alemã: o nazismo (MAGALHÃES, 1998, p. 14).

A essência intelectual do movimento pangermanista foi vinculada à proposta nacional-socialista de modo a conduzir o sentimento de comunidade étnica para seus fins políticos. É claro que a tentativa de tomar para si e ressignificar esse ideário pelos nazistas não foi recebida passivamente por boa parte dos defensores do *Deutschum* e das lideranças das comunidades estabelecidas no exterior. Todavia, são elementos presentes na propaganda direcionada aos alemães, conforme demonstra Welch.

---

<sup>6</sup> Gertz destaca os vários conceitos utilizados pelo movimento germanista, como *Völkstum* (etnia) e *Vaterland* (pátria), assim como as denominações que identificavam seus participantes: *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro, nascido no Brasil e de descendência alemã), *Auslanddeutscher* (alemão no exterior), *Reichsdeutscher* (cidadão alemão), *Völkdeutscher* (alemão étnico, mas sem a cidadania).

Os quatro temas principais recorrentes na propaganda nazista durante esse período refletem as raízes e os antecedentes do pensamento do *völkisch*: 1) apelo à unidade nacional baseada sobre o princípio: ‘A comunidade antes do indivíduo’ (*Völksgemeinschaft*); 2) a necessidade da pureza racial; 3) o ódio aos inimigos, que cada vez mais centrava-se em judeus e bolcheviques, e 4) liderança carismática (*Führerprinzip*). Ambas, a doutrina original e a maneira como foi disseminada pela propaganda nazi, levou, inexoravelmente, à mobilização do povo alemão para a guerra futura (WELCH, 2004, p.217. Tradução nossa.).

O passo seguinte seria absorver as principais instituições de fomento ao germanismo. Bohle declarou, em discurso na reunião do Partido em agosto de 1933, que a estratégia voltada aos clubes sociais e comerciais no exterior era a divulgação e aceitação do nacional-socialismo por parte de todos os alemães, mas recomendava que os *Reichsdeutsche* não interferissem nos problemas da política interna de seus países anfitriões. Por outro lado, a própria AO chegou a estabelecer contatos com os movimentos fascistas nativos que julgara mais relevantes, discretamente, para evitar um confronto com a diplomacia oficial.

Entre as sociedades interessadas nos alemães no exterior, destacam-se, inicialmente, aquelas ligadas ao movimento neocolonialista alemão, como *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica), *Deutsche Kolonial Gesellschaft* (Sociedade Colonial Alemã), *Evangelischer Hauptverein für Ansiedler und Auswanderer* (Sociedade Evangélica Central para Residentes no Exterior e Emigrantes) e *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft* (Sociedade Hanseática de Colonização). Magalhães aponta a presença do nazismo desde o início dos anos 1920 através do *Vereine für das Deutschtum im Ausland* (Organização para o Germanismo no Exterior, VDA), que será fortalecida após a tomada de poder em 1933 com o controle da *Deutsches Auslands-Institut* (Instituto Alemão para o Exterior, DAI) (MAGALHÃES, 1998, p. 135). Ambas as instituições forneciam material escolar para escolas alemãs no Brasil e, em alguns casos, enviavam também professores (GERTZ, 1987, p.70). Para a AO, existia ainda a concorrência de organismos dentro do próprio Partido Nazista, como o *Dienststelle Ribbentrop*, agência criada por Joachim von Ribbentrop em 1934 com a intenção de interferir na *Wilhelmstrasse*, o *Aussenpolitisches Amt*, ligada à Rosenberg desde 1933, quando perdeu a indicação à Chefia da AO para Bohle, e a *Volksdeutsche Mittelstelle* ou VoMi, agência de incentivo aos alemães étnicos sob administração das *Schutzstaffel* (Tropas de Proteção, SS).

Ao final de janeiro de 1937, Hitler cria o cargo de Chefe da Organização do Exterior no Ministério das Relações Exteriores, subordinado diretamente ao ministro Konstantin von Neurath.<sup>7</sup> O decreto explicitava que

<sup>7</sup> Konstantin Freiherr von Neurath (1873-1956) foi Ministro das Relações Exteriores da Alemanha entre 1932 e 1938, indicado pelo chanceler Franz von Papen. Tornou-se membro do NSDAP em 1937. Foi substituído por Joachim von Ribbentrop em março de 1938 e posteriormente nomeado Protetor do Reich para a Boêmia e a Morávia entre 1939 e 1941, quando foi substituído



estavam sendo “transmitidas a direção e administração de todos os assuntos relacionados com os cidadãos alemães (*Reichsdeutsche*) no exterior” de forma a “unificar a supervisão dos cidadãos alemães no estrangeiro” (RAHMEIER, 2009, p. 58, 59). De fato, a *Auslandsorganisation* reivindicava há tempos a coordenação sobre os assuntos relativos ao desenvolvimento econômico, questões legais, emigração e repatriação de alemães fora do *Reich*, objetos que tradicionalmente eram de competência do *Auswärtiges Amt*, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (AA). Deve-se ressaltar, entretanto, que a AO não foi completamente incorporada ao Ministério. Bohle foi nomeado Secretário de Estado, organizou o departamento com um pequeno quadro de funcionários, mas a AO permaneceu como estrutura partidária, separada do aparelho estatal (MCKALE, 1977, pp. 108, 109).

Em uma primeira análise, fica clara a intenção do NSDAP de centralizar em sua Organização para o Exterior o controle dos alemães residentes fora do território, esvaziando o poder da AA ao lidar com os *Reichsdeutsche*. A medida parece ter buscado resolver choques de competência entre a AO e o Ministério, também reforçando o papel da organização partidária nesse momento. O princípio de autoridade total do *Führer* havia sido oficializado na Alemanha desde 01º de dezembro de 1933, com a Lei de Unidade do Partido e do Estado. Todavia, a formulação nazista do “Estado total” – nas palavras de Moraes – não alterou a estrutura que promovia a duplicidade institucional, posto que vinha “do próprio partido a afirmação da necessidade de separação entre as duas esferas e a manutenção de ambas com funções diferenciadas” (MORAES, 1996, p. 33).

Segundo Jeremy Noakes, a fragmentação das organizações políticas dentro do movimento nazista (como a Juventude Hitlerista, as Tropas de Assalto e as associações profissionais), que inicialmente tenderam a tornar mais eficaz a coordenação das diversas agências e núcleos partidários, revelou, a partir desse mesmo ano, uma crise de identidade do Partido e as dificuldades em reorientar, dentro do Governo, as lideranças das divisões territoriais (*Gau*) do NSDAP e os *Hoheitsträger*, literalmente, os “portadores de soberania” (NOAKES, 2004, p. 189, 190.). Os alemães no exterior eram uma agenda importante para o Terceiro Reich. É possível que a multiplicação de agências e departamentos relacionados aos *Auslanddeutscher*, aos *Reichsdeutscher* e aos *Völkdeutscher*, tenha sido reflexo de um reordenamento burocrático interno.

Em um segundo momento, pode-se avaliar a nomeação de Bohle para um departamento no AA como forma de interferência direta do NSDAP na *Wilhelmstrasse*. Um indicativo seria a pressão exercida sobre os diplomatas e funcionários do Ministério para filiação ao NSDAP após a abertura exclu-

---

por Reinhard Heydrich. Neurath foi condenado pelo Tribunal de Nuremberg a 15 anos de prisão por conspiração, crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

siva da possibilidade de adesão, visto que não eram aceitos novos membros na Alemanha desde 1933. Foram registradas as solicitações de Ernst Woermann, diretor do Departamento Político, Ernst Weizsäcker, Secretário de Estado, Otto von Erdmannsdorff, embaixador alemão na Hungria, Wilhelm von Faupel, diretor do Instituto Ibero-Americano, e Karl Ritter, Embaixador alemão no Brasil, além dos líderes das missões em Cuba, Dinamarca, Turquia, Paraguai, Suíça e Irlanda. Existiram casos de diplomatas de carreira que foram dispensados por manifestar oposição ao NSDAP ou por não se enquadrarem na política alemã antisemita. Posteriormente, foi feito um acordo com Joseph Goebbels de que os partidários nazistas trabalhando no Ministério não pertenceriam ao *Gau* Berlim, mas ao *Ortsgruppe Auswärtiges Amt*, que já administrava os membros do Partido que atuavam no Serviço Diplomático no Exterior (McKALE, 1977, pp. 116, 117).<sup>8</sup>

A promoção de Bohle para o AA renovou o prestígio e a influência da Organização para o Exterior junto a Adolf Hitler, com quem registrou-se uma série de encontros. O Chanceler via na AO o contrapeso necessário às atuações dos Embaixadores e da *Wilhelmstrasse*. Hagemann interpreta que essa manobra possibilitou o reconhecimento de status e proteção diplomáticas às lideranças partidárias nacionais e regionais no exterior (HAGEMANN, 2001, p.79). Nesse período, as organizações distritais do Sarre, Danzig e Áustria também haviam passado ao controle da *Auslandsorganisation*. Entretanto, dentro do *Auswärtiges Amt*, a jurisdição oficial de Bohle era bastante restrita, circunscrita aos assuntos referentes aos cidadãos alemães no exterior, como conduzir as relações entre os líderes partidários, os governos dos países que os hospedam e os diplomatas da Alemanha, providenciar as negociações do Partido com os governos estrangeiros acerca das questões relativas às políticas de cidadania e influência cultural, especialmente através das escolas alemãs no exterior, conciliar tensões entre nazistas locais, organizar as celebrações dos feriados do partido e, juntamente com o Ministério da Propaganda, enviar a correspondência do NSDAP para os outros países através da mala-postal diplomática (McKALE, 1977, p.110).

Na análise de McKale, a criação do cargo de Chefe da Organização do Exterior dentro do Ministério das Relações Exteriores foi, principalmente, de ordem estratégica:

(...) a extensão da influência da AO no AA era mínima - na elaboração de políticas, decisões particulares e negócios envolvendo as missões no estrangeiro. Talvez a maior ameaça que a AO ofereceu ao Ministério foi de natureza psicológica: a maioria dos diplomatas a atribuiu uma autoridade que ela nunca possuiu. Isto, muito

<sup>8</sup> Em maio de 1938, Hitler ordena a dissolução do *Ortsgruppe-AA* e estabelece que as futuras filiações de diplomatas sejam decididas entre Bohle e o novo Ministro das Relações Exteriores, Joachim von Ribbentrop.

mais que qualquer prática exercida de poder, promoveu a forte competição que o Partido ofereceu ao Ministério das Relações Exteriores. Com exceção de pequenos conflitos entre oficiais do Partido no exterior e diplomatas e a pressão exercida sobre os diplomatas para aderir ao Partido, o AA e seu aparato permaneceu intacto. Mas a imagem dessas dificuldades repassou aos governos estrangeiros a impressão que o Ministério estava sendo nazificado (McKALE, 1977, p.118. Tradução nossa).

A nazificação do AA não ocorreu por interferência de um pequeno departamento voltado aos *Reichsdeutsche*. O conflito, conforme analisou Ian Kershaw, estava distante das concepções sobre política exterior defendidas pelos profissionais do Ministério ou de outros órgãos, mas centrada na luta endêmica ao sistema nazista por poder e influência, tensões que não se contradiziam com as rivalidades pessoais ou institucionais. A linha principal da grande política externa da ditadura nazista era elaborada e desempenhada pessoalmente por Adolf Hitler (KERSHAW, 2004, p.191).

Em *Mein Kampf*, autobiografia política publicada por Hitler em julho de 1925, observa-se a existência de objetivos consistentes para a conquista de um espaço vital ao leste da Europa e para a remodelação racial e política da Europa. Após expor as características da concepção racista do mundo e o modo como o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães transformaria a cultura ariana em fé política para a organização das massas, afirma que “o grande princípio que nunca deveremos perder de vista é que o Estado é um meio e não um fim” (HITLER, 1983, p. 246. Grifos do autor). O progresso da nacionalidade seria o objetivo final também de toda a política externa alemã, que, seguindo a nova doutrina, “deve ser a preparação para a recuperação da liberdade” (Idem, p. 381). Hitler descreve seu propósito: “O dever da política externa de um Estado nacionalista é assegurar a existência da raça incluída no Estado, estabelecendo uma proporção natural entre o número e o crescimento da população, de um lado, e, do outro, a extensão e a qualidade do solo” (Idem, p. 400). A conquista de poder e força políticas eram prioridades para então não só reconquistar as partes perdidas do território no reestabelecimento de fronteiras com o Tratado de Versalhes, mas também garantir a “área de solo” necessária à subsistência da população e ao seu status de “baluarte político, e entre nosso passado histórico e o desespero de nossa impotência atual” (Idem, p. 402).

Em outubro de 1933, a situação política da Alemanha era bastante diferente. O país retirou-se da Conferência de Genebra sobre o desarmamento e, em seguida, abandonou a Liga das Nações. A campanha política para ascensão do NSDAP havia sido financiada a partir de promessas de rearmamento às indústrias Krupp, I. G. Farben, Bosch e a União do Aço. O reestabelecimento do serviço militar obrigatório fora anunciado em março de 1935, prevendo a convocação de cerca de 600 mil homens. No mesmo

ano, aproximou-se de Benito Mussolini e apoiou a invasão italiana da Etiópia. Em março de 1936, reintroduziu as tropas alemãs na margem esquerda do rio Reno, descumprindo o *Diktat*, sem qualquer reação da França, que ocupava a região. Estabeleceu o Pacto Anti-Komintern com o Japão em novembro, ao qual aderiu a Itália no ano seguinte. Em abril de 1937, a força aérea alemã bombardeou a cidade de Guernica, na Espanha, em apoio ao General Franco. Em março de 1938, o Terceiro Reich anexou a vizinha Áustria ao seu território.

O clamor por uma grande expansão e domínio de boa parte da Europa central, assim como de territórios extracontinentais para o predomínio alemão, nos primeiros anos do século XX, não estava confinado a uns poucos extremistas, mas figurava entre as aspirações e a propaganda de influentes grupos de pressão que contavam com grande apoio. Isto se refletiu durante a própria guerra nos objetivos do Alto Comando alemão, objetivos que certamente podem ser visto como uma ponte para o *Lebensraum* nazista. A derrota e a perda de territórios no acordo de Versalhes mantiveram vivas as exigências da direita e encorajaram as intenções e as reclamações revisionistas, que a maioria dos alemães parecia considerar legítimas. O êxito popular de Hitler no âmbito da política exterior após 1933 se apoiava completamente nessa continuidade de um consenso sobre a necessidade da expansão alemã, que abarcava desde a elite no poder até amplos setores da sociedade (com a exceção geral do grosso dos já depreciados seguidores dos partidos de esquerda). Este é o contexto em que o papel de Hitler na formulação da política externa alemã depois de 1933 deve ser avaliado (KERSHAW, 2004, p. 194. Tradução nossa).

A perspectiva de provocar um novo conflito continental levou à substituição de Neurath no comando do Ministério das Relações Exteriores, em 04 de fevereiro de 1938, pelo mais alinhado Joachim von Ribbentrop.<sup>9</sup> Não obstante, as afirmações dos diplomatas do *Auswärtiges Amt* de que Hitler e

---

<sup>9</sup> Ulrich Friedrich Wilhelm Joachim von Ribbentrop (1893-1946) serviu na Primeira Guerra Mundial como primeiro-tenente, sendo condecorado com Cruz de Ferro. Foi deslocado a trabalho para Turquia, em 1918, onde ficou amigo de Franz von Papen, futuro Chanceler alemão. Filiou-se ao NSDAP em maio de 1932 e ascendeu rapidamente dentro do Partido, fazendo viagens como “diplomata não oficial”. Em agosto de 1934, fundou uma organização ligada ao NSDAP, intitulada *Büro Ribbentrop*, reunindo partidários insatisfeitos com a política externa conduzida pelo *Auswärtiges Amt* (posteriormente, seria renomeado *Dienststelle Ribbentrop*). Foi designado Embaixador da Alemanha na Grã-Bretanha em agosto de 1936 e Ministro das Relações Exteriores da Alemanha entre 04 de fevereiro de 1938 e 30 de abril de 1945, indicado por seu posicionamento pró-guerra, antisemita e anglófono. Ribbentrop foi elemento-chave na assinatura do Pacto de Não-Agressão entre a Alemanha e a União Soviética, em setembro de 1939. Foi condenado pelo Tribunal de Nuremberg por crimes de conspiração, crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a Humanidade. Sentenciado à morte, foi enforcado em 16 de outubro de 1946.

um seletto alto escalão do regime nazista teriam transformado o Ministério em um simples aparato técnico, cumpridor de ordens superiores, está longe de ser verdadeira. Em artigo de 1967, Leonidas Hill assegura que as instâncias da *Wilhelmstrasse* foram consultadas na elaboração e na construção dos principais acordos diplomáticos e negociações políticas do período. O autor fundamenta que o desvio para essa leitura equivocada do trabalho desses oficiais serviria para encobrir a cooperação durante o regime, posto que a principal intenção no pós-guerra era evitar uma condenação pelo Tribunal de Nuremberg (HILL, 1967, p. 546, 599). A afirmação é fortalecida pelo historiador inglês Lewis Namier cerca de quinze anos antes:

Os primeiros alemães a publicarem suas memórias foram homens que serviram a Hitler, mas que agora estão tentando provar que, em realidade, eles se opuseram ou mesmo o sabotaram, ou ainda que não tinham simpatia nem aprovavam o regime nazista. Existem as memórias de Schacht, o mago financeiro de Hitler; Weizsäcker, Secretário de Estado no Ministério das Relações Exteriores, 1938-1943; Dirksen, Embaixador em Moscou, Tóquio e Londres; Erich Kordt, secretário de Ribbentrop por aproximadamente sete anos; Schmidt, intérprete oficial do Ministério das Relações Exteriores e do próprio Hitler; Meissner, *chef de cabinet* do Presidente Socialista Ebert, de Hindenburg e de Hitler; e vários outros funcionários menores do regime cujos chefes superiores e líderes estão todos praticamente mortos (NAMIER, 1952, p. 04. Tradução nossa).

O momento de reordenação da *Auslandsorganisation* resulta na tentativa de definição de espaços distintos de competência e atuação para minimizar os conflitos entre os líderes partidários e os diplomatas alemães alocados no exterior, gerando uma unidade política baseada no princípio de autoridade do *Führer*. A análise da estatística oficial dos filiados ao Partido Nazista fora da Alemanha permite observar diferenças entre os graus de importância atribuídos pela AO a cada grupo nacional, as posições estratégicas desempenhadas por alguns países na geopolítica nazista e variações entre funções designadas aos distintos núcleos locais espalhados pelo mundo.

O documento, encomendado pela gerência da Organização para o Exterior, foi o primeiro e possivelmente o único levantamento realizado sobre os alemães residentes no estrangeiro e filiados ao nacional-socialismo. Apresentado em 24 de setembro de 1937, o *Statistik der AO* foi elaborado com base nas fichas de filiação, arquivadas na sede do NSDAP, e distribuído como estritamente confidencial. O relatório que acompanha os dados aponta lacunas em parte dos registros, especialmente acerca das datas exatas de associação de alguns partidários, datas de nascimento e referências sobre as atividades profissionais exercidas em seus países de residência. Menciona-se também a possibilidade de alguns *Völkische* ainda constarem entre os

relacionados. Deve-se assinalar, ainda que os dados estatísticos apresentados não contabilizam os marinheiros embarcados. Finalizando, o texto sugere que, para elaboração futura de uma nova estatística da AO, tais deficiências sejam sanadas através do envio de questionários detalhados para cada grupo estrangeiro ou da notificação obrigatória dos cidadãos alemães no exterior.

O número total de membros do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães no exterior, segundo a estatística apresentada em 1937, era de 29.099 filiados, sendo 26.145 homens e 2.954 mulheres. Desse conjunto, somente 3.102 ingressaram no NSDAP antes da tomada de poder, em 1933: 300 partidários foram admitidos até 14 de setembro de 1930, data da eleição nacional na qual o Partido Nazista recebeu 18,3% dos votos, conquistando 107 cadeiras no Parlamento alemão e tornando-se o segundo maior Partido do país; 945 membros ingressaram nos quinze meses seguintes, até 31 de dezembro de 1931; entre 01º de janeiro de 1932 e 30 de janeiro de 1933, período anterior à indicação de Adolf Hitler para chanceler da Alemanha, mais 1.856 filiaram-se ao Partido no Exterior. Os demais 89,5% alistaram-se após essa data. A título de comparação, os dados de filiação ao NSDAP na Alemanha, apresentados por ano, são os seguintes: 108.000 (1928), 178.000 (1929), 389.000 (1930), 1.141.400 (1932) (SHIRER, 2008, pp. 134, 168 e 170).

Após breve introdução, o relatório apresenta o detalhamento dos dados estatísticos da AO-NSDAP em cinco diferentes listas, divididas de acordo com os países que possuíam grupos nacionais: 1) inventário total de membros do Partido no exterior, divididos entre os filiados antes e depois o *Machtergreifung*; 2) admissão de membros do Partido antes da tomada de poder; 3) relação entre o número de cidadãos alemães e membros do Partido; 4) partidários de acordo com profissão; 5) partidários de acordo com a idade.

Os países são relacionados a partir do *Länderamt* a que pertenciam, ou seja, a um dos oito departamentos que os agrupavam regional e politicamente, cada qual coordenado por uma liderança distinta. Emil Ehrich, chefe da seção dos *Gauleiters* do Departamento da AO no Ministério das Relações Exteriores e ajudante pessoal de Bohle desde 1934, afirmava que os *Amts* formavam a verdadeira fundação política da AO (EHRICH, 1937, p. 17). John Hiden chama a atenção para o discurso projetado nesse livro oficial assinado por Ehrich, no qual afastou-se a postura do Terceiro Reich como mero suporte econômico e ajuda material aos conterrâneos infelizes que viviam no exterior e ressaltou-se o espírito de missão e ideologia que os nazistas pregavam no movimento (HIDEN, 1977, p. 285).

É interessante perceber que, tanto o livro oficial quanto a Estatística da AO foram publicados em 1937, mas apresentam divisões diferentes para os países, regiões e territórios em seus departamentos. O levantamento

confidencial interno da AO relaciona oitenta e três grupos partidários nazistas reconhecidos oficialmente, entre *Landesgruppen*, *Ortsgruppen*, pontos de apoio e filiações individuais. Comparando ambas as fontes, a divisão por *Länderamt* apresenta-se da seguinte forma:

**Tabela 1**

**Apresentação das divisões de países e territórios em Amts, segundo o AO-NSDAP**

	<i>Die Auslands-Organisation der NSDAP</i>	<i>Statistik der AO</i>
<b>Amt I</b>	Norte e Leste Europeus	Polônia, Dinamarca, Letônia, Suécia, Finlândia, Estônia, Noruega, Lituânia e Islândia
<b>Amt II</b>	Europa Ocidental (menos Inglaterra e Irlanda)	Holanda, Espanha, Luxemburgo, Bélgica, Portugal, França, Ilhas Canárias, Marrocos francês e Marrocos espanhol
<b>Amt III</b>	Sudeste Europeu, Áustria e Oriente Médio	Tchecoslováquia, Romênia, Turquia, Iugoslávia, Palestina, Egito, Grécia, Bulgária, Irã, Afeganistão, Síria, Iraque, Albânia, Malta
<b>Amt IV</b>	Itália, Suíça e Hungria	Áustria, Suíça, Itália, Hungria
<b>Amt V</b>	África	Namíbia, Tanganica, <sup>1</sup> África do Sul, Camarões, Angola, Quênia, África Leste, Etiópia, Libéria, Costa do Ouro, Nigéria.
<b>Amt VI</b>	América do Norte	Estados Unidos, Canadá
<b>Amt VII</b>	América Latina	Brasil, Argentina, Chile, México, Colômbia, Guatemala, Paraguai, Venezuela, Peru, Bolívia, Uruguai, Panamá, Equador, Costa Rica, Cuba, Honduras, Curaçao, Nicarágua, Porto Príncipe, Suriname, Aruba, República Dominicana, Porto Rico
<b>Amt VIII</b>	Extremo Oriente, Austrália, Inglaterra e Irlanda	China, Índias holandesas, Inglaterra, Japão, Austrália, Índias inglesas, Manchúria, Manila, Sião, Samoa e Nova Zelândia

**Nota.** FONTE: EHRICH, 1937, p.17; *Statistik der AO*. Berlin, 24 de setembro de 1937.

À parte a diferença no nível de detalhamento entre as tabelas acima, algumas observações devem ser feitas sobre os dados apresentados. Em pri-

meiro lugar, não são todos os países listados que possuem grupos nacionais reconhecidos pela AO – em dezessete casos, a referência recai sobre o *Ortsgruppe* ou grupo local de uma cidade: Helsinque (Finlândia), Reval (hoje Tallinn, Estônia), Reykjavík (Islândia), Teerã (Irã), Cabul (Afeganistão), Beirute (Síria, atualmente no território do Líbano), Bagdá (Iraque), Tirana (Albânia), Adis-Abeba (Abissínia, hoje Etiópia), Morávia (Libéria), Acra (Costa do Ouro, hoje Gana), Lagos (Nigéria), Colón (zona de livre comércio no Panamá), Havana (Cuba), Manágua (Nicarágua), Bangkok (Sião, hoje Tailândia) e Ápia (Samoa). São três casos relacionados junto ao Amt I, cinco junto ao Amt III, quatro junto ao Amt V, três junto ao Amt VII e dois junto ao Amt VIII. Da mesma forma, Malta, então possessão do Império Britânico, é representada pelo seu *Stützpunkte* ou ponto de apoio junto ao Amt V.

Os dados dos Estados Unidos são contabilizados através dos *Einzelmitglieder*, ou seja, dos membros avulsos filiados ao NSDAP e residentes no país. Essa segunda observação, contudo, não confirma a inexistência de uma organização pró-nazista norte-americana. Em março de 1936, o *Amerika Deutscher Volksbund* ou *German American Bund* (União Germano-Americana) foi organizado por Fritz Kuhn, alemão naturalizado estadunidense e autointitulado “*Führer* americano”. A base para fundação dessa nova sociedade foi a associação *Friends of the New Germany* (Amigos da Nova Alemanha), criada em 1933, que defendia abertamente o nacional-socialismo e divulgava seus laços com a hierarquia nazista na Alemanha. Curiosamente, em dezembro de 1935, Berlim divulgou um ofício ordenando que todos os *Reichsdeutsche* se retirassem do *Friends of New Germany*. Apesar da orientação, muitos ex-membros migraram para o novo *Bund* (BELL, 1970, p. 585, 586).

Marcadas por disputas econômicas e diplomáticas, as relações entre os Estados Unidos e o Terceiro Reich passavam por um momento bastante delicado. A Alemanha já descumprira as cláusulas do Tratado de Versalhes com a remilitarização do seu Exército e a retomada dos territórios perdidos para a França na margem esquerda do Reno. Além disso, preocupava os americanos a recente interferência na guerra da Espanha e sua aproximação incisiva com os países latino-americanos. O embaixador alemão em Washington, Hans Dieckhoff, alertou a AO que as “atividades estúpidas e barulhentas” do *German American Bund* prejudicavam ainda mais as relações com os Estados Unidos (BELL, 1970, p. 591). Na tentativa de frear tal deterioramento, Bohle divulgou, em 01º de março de 1938, a proibição para todos cidadãos alemães de participarem do *Bund*, de qualquer associação afiliada ou mesmo de qualquer organização puramente norte-americana (SCHRODER, 1968, p. 270). Mesmo sem o aval de Berlim, a *German American Bund* continuou em atividade, pregando o anti-semitismo, o combate aos comunistas e defendendo a neutralidade norte-americana na Segunda



Guerra Mundial. Em 1939, reuniram 20.000 no Madison Square Garden, em Nova York. O movimento foi desarticulado em dezembro de 1941, com a entrada dos EUA na guerra, mas ainda encontra-se em exercício.

A posição oficial foi bastante rígida e está refletida nos documentos da Estatística da AO quando não indica os Estados Unidos, incluso Amt VI, como grupo configurado, apesar de receber o destaque na listagem de países com representantes do NSDAP ao invés de constar na lista anexa, que enumera os demais membros avulsos sem distinção de proveniência. A extensão dessa formalidade causa dúvida, todavia, na leitura da tabela apresentada por McKale na qual constam os nomes dos *Landesgruppenleiter*s entre 1937 e 1940, divididos por país, profissão e data de ingresso no NSDAP. Frederick Mensing, agente marítimo, e Friedhelm Draeger, vice-cônsul, estão listados como os representantes norte-americanos, líderes do grupo nacional Estados Unidos, em períodos distintos de atividade (MCKALE, 1977, p. 123-125).

Em terceiro lugar, a disparidade entre os dados apresentados no livro *Auslands-Organisation der NSDAP* e no relatório *Statistik der AO* chama a atenção na ausência da Irlanda entre os países relacionados no documento confidencial e na mudança da informação do *Amt* ao qual pertencia a Áustria na publicação para divulgação. A única referência encontrada sobre um grupo irlandês fala na organização secreta de um ponto de apoio em maio de 1934 (MCKALE, 1977, p. 77). É possível que, na formulação da Estatística oficial, os registros tenham se perdido, que o grupo tenha se dissolvido ou mesmo que os dados tenham sido contabilizados junto às filiações individuais. Entretanto, o destaque dado pelo livro de Ehrich, que era distribuído pelos núcleos partidários na Alemanha e no exterior, a um país que não encontra representantes em seu levantamento interno não é fator irrelevante.

A assimetria constatada no caso austríaco talvez possa ser vista como um erro tipográfico ou simples coincidência, mas as circunstâncias envolvidas acabam expondo uma possibilidade diferenciada de leitura acerca das divisões entre *Amts* na Organização para o Exterior do NSDAP. No texto para ampla divulgação, a Áustria está sob tutela do Departamento III, juntamente ao não-descrito Sudeste Europeu – que inclui a Tchecoslováquia – e aos países emergentes do Oriente Médio. No relatório secreto, juntamente ao Departamento IV, o país compartilha a atenção dedicada à Itália, aliada política da Alemanha desde a invasão da Etiópia, a Suíça, onde era crescente o apoio ao Partido Nazista, e à Hungria, que no ano seguinte incorporaria parte do território tchecoslovaco.

Em 25 de julho de 1934, a tentativa de um *Putsch* nazista na Áustria fracassou após o assassinato à queima-roupa do chanceler Engelbert Dollfuss por homens da SS disfarçados com o uniforme do exército austríaco. Os conspiradores foram presos e treze deles enforcados. O *Landesgruppe* Áustria havia sido proibido no país em 1933, mas operava camuflado, sob

ordens da AO e com auxílio dos diplomatas locais, irradiando a propaganda da anexação à “Grande Alemanha”, o *Anschluss*, e minando o governo do novo chanceler, Kurt Schuschnigg, que defendia a independência. Violentas demonstrações de massa e explosões quase diárias faziam parte da campanha financiada por Berlim em todo o ano de 1937 (SHIRER, 2008, p. 431). Um novo ataque à Áustria ocorreria em março de 1938, sem maiores esboços de reação no restante da Europa. Com o auxílio dos partidários nazistas no exterior, Hitler iniciara a conquista do *Lebensraum*, a política expansionista que garantiria o espaço vital para o progresso do povo ariano rumo à Europa Oriental, conforme já havia descrito em *Mein Kampf*. Em setembro do mesmo ano, Itália, Inglaterra e França cederam às reivindicações da Alemanha sobre os Sudetos, área na Tchecoslováquia com significativa população alemã, durante a Conferência de Munique.

A anexação da Áustria e da metade industrial da Tchecoslováquia fizeram da Alemanha a segunda potência industrial do planeta, apenas superada pelos EUA. Imensos recursos humanos e materiais foram acrescidos à máquina de guerra nazista. A expansão fizera-se rumo ao leste, e permitiria à Alemanha ampliar sua influência sobre os países balcânicos, ricos em recursos naturais (sobretudo o petróleo, de que o III Reich carecia) (VIZENTINI, 1988, p. 31).

Os passos seguintes da política externa do Terceiro Reich, no ano de 1939, seriam a ocupação e desmembramento do território tchecoslovaco em março, a assinatura do Pacto de Não-Agressão Germano-Soviético em agosto e, por fim, a invasão da Polônia em 01º de setembro, desencadeando a Segunda Guerra Mundial.

Não se pode desconsiderar que a *Auslandsorganisation* foi peça importante para a política externa nazista, exercendo junto aos cidadãos alemães residentes no exterior uma função política estratégica. No caso dos países relacionados juntos ao *Amt III* e *IV*, as atividades dos grupos por ela coordenados auxiliaram a agregar engajamento político, desenvolvimento industrial e recursos energéticos ao esforço de guerra alemão. Fica clara que a divisão desses departamentos do AO dentro da *Wilhelmstrasse* não era geográfica, e sim claramente geopolítica. Todavia, analisando o quadro apresentado anteriormente, não se deve equiparar o prestígio e o interesse que diferentes países despertavam na projeção das relações internacionais alemãs durante a década de 1930. Reforça esse argumento a consulta à *Deutschen Wollen*, revista de propaganda da AO-NSDAP para distribuição nos núcleos partidários ao redor do mundo. Entre artigos ilustrados e propagandas de diversas empresas, são inúmeras as páginas dedicadas à *Grossdeutschland*, à agregação da Áustria ao Reich, à expansão da Juventude Hitlerista pela Europa, aos malefícios do liberalismo (representado pela Inglaterra), às vitórias

alemãs no *front* e mesmo imagens de judeus em campos de concentração. A título de comparação, sobre o Brasil, foram encontrados apenas duas matérias: a primeira, sobre os indígenas no rio Tibagi, no Paraná, e a importância da pesca nesses arredores; a segunda vinha intitulada em português: “Noite Encantadora em São Paulo”.

Havia um objetivo geral da Organização para o Exterior do Partido Nazista de preservar e agregar os *Reichsdeutsche* no estrangeiro em torno de sua ideologia e organização partidária. Ao mesmo tempo, as diretrizes expedidas para cada país e os procedimentos adotados para cada grupo não seguiam um plano homogêneo. Retoma-se, aqui, o documento *Statistik der AO* para compreender, primeiro, as diferenças entre esses grupos e, segundo, os objetivos específicos aos quais se propunha nas diferentes regiões.

**Tabela 2**  
**Estatística do AO-NSDAP**

Grupo	Filiações anteriores à tomada de poder	Filiações posteriores à tomada de poder	Número total de filiados em 1937	Percentual
Amt I	70	2.087	2.157	7,4%
Amt II	226	3.551	3.777	12,9%
Amt III	192	2.551	2.743	9,4%
Amt IV	393	3.932	4.325	14,9%
Amt V	303	2.345	2.648	9,1%
Amt VI	120	537	657	2,3%
Amt VII	978	6.624	7.602	26,1%
Amt VIII	233	2.130	2.363	8,1%
Direção da AO	198	175	373	1,3%
Membros avulsos	389	2.065	2.454	8,5%
Total	3.102	25.997	29.099	100%

**Nota.** Fonte: *Statistik der AO*. Berlin, 24 de setembro de 1937.

É importante destacar, inicialmente, que cada divisão departamental do *Länderamt* era responsável por um número diferente de países: *Amt I* (9), *Amt II* (9), *Amt III* (14), *Amt IV* (4), *Amt V* (11), *Amt VI* (2), *Amt VII* (23) e *Amt VIII* (11). Após a tomada de poder do NSDAP na Alemanha em 1933, o maior crescimento no número de filiações de cidadãos alemães ao Partido ocorreu nos países no norte e leste da Europa, no *Amt I*, com índice de 96,7%, seguidos do *Amt II*, com aumento de 94% do núme-

ro de partidários, e do *Amt* III, com 93% – interessante perceber a escalada maior de inscrições nas regiões fronteiriças à Alemanha. Antes dessa data, considerada marco histórico em toda documentação que remete-se à trajetória da militância nazista, o maior número de associados concentravam-se nos países da América Latina e do *Amt* IV (Áustria, Suíça, Itália e Hungria), além da ampla presença de membros avulsos, que podem ou não, posteriormente, ter se agregado aos novos grupos formados após essa data. A América do Norte apresentou o menor índice de novas filiações, mas ainda assim significativos 81,7%.

A América Latina destacava-se com a maior concentração de filiados ao Partido Nazista no exterior. Brasil e Argentina juntos somavam 4.403 partidários, ou seja, mais de 15% do total de membros do AO-NSDAP. O Chile, a terceira maior concentração na região, reunia mais 985 filiados.

Tabela 3

**Países no exterior com índice de filiação superior à 1.000 associados**

<i>País ou região</i>	<i>Número de filiados</i>	<i>Amt</i>
Brasil	2.903	VII
Holanda	1.925	II
Áustria	1.678	IV
Argentina	1.500	VII
Polónia	1.379	I
Suécia	1.364	I
Namíbia	1.127	V
Itália	1.076	IV
Tchecoslováquia	1.006	III

Nota. Fonte: *Statistik der AO*. Berlin, 24 de setembro de 1937.

Os chamados “Estados ABC” recebiam atenção significativa do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Um exemplo está no memorando enviado pela Divisão Política, em novembro de 1937, discutindo a possibilidade de adesão dos “três grandes” países sul-americanos ao Pacto Anti-Comintern (*O III Reich e o Brasil*, 1968, p. 09). Esta afirmativa não é, no entanto, consenso entre os pesquisadores. Para Olaf Gaudig e Peter Veit,

o continente latino não era objeto de interesses políticos ou militares por parte do Terceiro Reich. Apesar de querer manter e ampliar as relações econômicas bilaterais, esta não era condição imprescindível da política externa nazista. Todo o afo do Terceiro Reich se concentrava nos países da Europa oriental que se aspira-

va conquistar ou dominar: se considerava a América Latina sob a espera de influência dos Estados Unidos. Ao estourar a Segunda Guerra Mundial, a política alemã estava interessada em manter a neutralidade dos países latino-americanos, sobretudo após a entrada na guerra dos EUA ao final de 1941, mas isso só foi conseguido no caso do Chile.

(...) Os nazistas consideravam a população de origem alemã nos mais importantes países da América Latina como um importante fator econômico no sistema social desses países, ao mesmo tempo, como um vazio ao qual se devia cooptar a fim de estender a soberania do nacional-socialismo sobre todos os alemães no mundo, aquele povo de “cem milhões” que, devido a sua origem nacional e racial, obedecia a uma “vontade comum” encarnada no Partido Nacional-Socialista e na pessoa do *Führer* (GAUDIG, VEIT, 1995, pp.71, 72. Tradução nossa).

Analisando o grupo nacional mexicano do NSDAP, Jürgen Müller registra os choques para aceitação da promoção dos objetivos da AO e a comunidade alemã local.

A tarefa mais importante dos grupos regionais da AO era a *Gleichschaltung* (unificação forçada) dos alemães no estrangeiro, ou seja, assumir a direção das organizações da comunidade alemã que teriam reputação e dinheiro, e que podiam servir para propagar as idéias nacional-socialistas. Através do controle de escolas, jornais e associações, a AO pretendia impedir a assimilação dos alemães à cultura dos países de recepção e instrumentalizá-los para a difusão da ideologia nacional-socialista. No México, a AO não conseguiu seu objetivo sem problemas, pois surgiu um conflito de gerações, de classes e de seu poder. Os representantes estabelecidos da comunidade alemã, empresários de êxito, de classe alta, mais ou menos duas décadas mais velhos que os nazistas, criticavam a juventude dos militantes, seu baixo status social e os poucos anos de residência no país, tudo o que, em seu modo de ver, os desqualificava para assumir a liderança da comunidade. Embora corretos, estes argumentos eram mais um pretexto para não subordinar-se às reivindicações do partido e não ceder seus postos em organizações que davam a essa elite um alto prestígio social e vantagens econômicas (MÜLLER, 1995, p. 92. Tradução nossa).

Há registros anteriores a janeiro de 1933 do envio de agentes nazistas para a Argentina, não apenas pela Organização para o Exterior do NSDAP, mas também pela DAF, SS, SA, Gestapo e Juventude Hitlerista (NEWTON, 1992, p. 53). A inserção do movimento nacional-socialista alemão no país proliferou-se a partir da década de 1930 sem maiores influências na política nacional, voltando seu discurso antisemita e antidemocrático inicialmente

para a comunidade alemã local, mas com grande permissividade do governo local para as manifestações de cunho fascista, o que ressalta o clima ideológico que culmina na colaboração do presidente Juan Domingo Perón no refúgio às lideranças nazistas no país após o final da Segunda Guerra Mundial (JACKISCH, 1997, p. 195).

Sobre o Chile, o principal aspecto a ser destacado é o envolvimento do NSDAP local, que formou seu primeiro grupo na cidade de Osorno em 1932, com o *Movimiento Nacional Socialista del Chile* (MNS), que desenvolveu suas atividades entre 1932 e 1938. O MNS, organização política de caráter fascista, identificava-se como *Nacismo*, com “c”, para diferenciar-se do movimento alemão e reforçar seu caráter *criollo* nacionalista (FARIAS, 2000, pp. 14, 35; SZNAJDER, 1993, p. 269).

A historiografia sobre o desenvolvimento do Partido Nazista em terras brasileiras aponta para o nascimento espontâneo dos primeiros núcleos, organizados por simpatizantes políticos interessados na divulgação das ideias hitleristas entre alemães de sua localidade e em manter contato com a sede do NSDAP na Alemanha. Em 1928 foi fundado o primeiro grupo no exterior, situado no distrito Benedito Timbó, então integrante do município de Blumenau, estado de Santa Catarina. Simpatizantes reuniram-se de forma autônoma em algumas cidades brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Blumenau e São Paulo, no período ao qual o NSDAP referia-se como *Kampfzeit*, os “anos de luta” anteriores à conquista do poder em 1933. Após os trabalhos pioneiros de René Gertz (GERTZ, 1987) e Marionilde Brepohl de Magalhães (MAGALHÃES, 1998), estudos recentes discutiram a manutenção ou adaptação da identidade alemã vinculada ao nacional-socialismo no Brasil (DIETRICH, 2012; MORAES, 1996 e 2005) e focaram nas associações nazistas (SANTANA, 1999), além de mergulhar nas especificidades dos círculos regionais (ATHAIDES, 2011 e CAMPELO LUCAS, 2011).

Mesmo que os países do ABC somassem, juntos, 18,5% dos partidários do AO-NSDAP, com o total de 5.388 membros, esse índice não indica a representatividade dos nazistas entre os cidadãos de origem alemã emigrados. No Brasil e na Argentina, eles reuniam menos de 4% dos *Reich-deutsche* que viviam no país – o Chile era exceção, onde 18,5% dos alemães filiaram-se ao Partido. Segundo os dados da Estatística da AO em 1937, dos nove países com número de filiados ao NSDAP no exterior superior à mil membros (conforme apresentado na Tabela 3), seis apresentam os menores percentuais de participação, o que também pode ser lido como um índice superior de rejeição ao nazismo entre a comunidade alemã local.

Tabela 4

Países nos quais o índice de filiação é superior a 1 partidário para cada 20 cidadãos alemães

País	Amt	Cidadãos alemães	Filiações ao NSDAP	Índice	Percentual
Suiça	IV	120.000	1.364	88	1,13%
Holanda	II	75.000	1.925	39	2,56%
Tchecoslováquia	III	32.000	1.006	32	3,14%
Argentina	VII	42.600	1.500	28	3,52%
Brasil	VII	75.000	2.903	26	3,87%
Áustria	IV	44.000	1.678	26	3,81%
Austrália	VIII	3.600	160	22	4,52%
Dinamarca	I	4.000	181	22	4,52%
Suécia	I	3.000	143	21	4,76%

**Nota.** Não foram informados os dados para o Amt VI. O índice mais alto no Amt V é 12 e pertence à Namíbia.

**Nota.** Fonte: *Statistik der AO*. Berlin, 24 de setembro de 1937, PAAA.

Uma das principais preocupações apresentadas no relatório secreto que acompanha as Estatísticas da AO é a baixa inserção dos núcleos regionais do NSDAP junto aos *Reichsdeutsche*, especialmente nos países em que possuíam o maior número de representantes. Não se deve esquecer que um dos principais argumentos da Alemanha para anexação dos territórios da Áustria e da Tchecoslováquia era a situação das minorias alemãs nesses países. Segundo os cálculos do próprio Partido, um percentual muito pequeno dessas comunidades apoiava ou estava engajada junto ao nacional-socialismo.

Por outro lado, os índices, para os países africanos, giram em torno de um militante nazista para cada três cidadãos alemães residentes no exterior. Gana, então chamada Costa do Ouro, apresenta um percentual de 54% de participação, mas registra-se no país apenas 50 imigrantes. Entre os países europeus, o índice mais elevado encontra-se na Grécia, onde moravam 700 cidadãos alemães, e contava com a participação de 28,1% dessa população junto ao Partido Nazista.

O grupo nacional do NSDAP na Holanda organizou-se ao início de 1932 e incumbiu-se da tarefa de coordenar a comunidade alemã residente no país e de espionar o trabalho dos diplomatas do *Reich* no período no qual o AA ainda não havia sido “nazificado”. A intimidação dos *Reichsdeutsche*, que não estavam nem filiados ao Partido Nazista, nem participavam de alguma de suas associações é apontada por Bob Moore como um dos principais motivos para a rejeição aos nazistas locais. A legislação holandesa para

estrangeiros não permitia qualquer atividade política aos não-nacionais. O NSDAP operava de forma clandestina e, analisa o autor, contentava-se em atrair membros para “formações subsidiárias”, tais como a DAF, mais do que aumentar a filiação política (MOORE, 1987, p. 49-51).

No trecho abaixo, a análise de Moore aproxima-se da leitura de Müller para o México, sobre como as lideranças nazistas, recentes nas comunidades alemãs já estabelecidas nesses países, desencadeiam um processo de conflito que, em muitos casos, envolve muito mais prestígio pessoal do que a defesa de uma ideologia ou de uma estratégia política para seus países residentes.

O prolongamento do Partido para o exterior aparentava ter se baseado mais nas considerações partidárias internas do que nos princípios ideológicos, e a criação de novas organizações servia para aumentar o poder e o prestígio de determinados indivíduos. Na realidade, esse era apenas mais um exemplo da construção do império que tomou corpo entre as lideranças nazistas e não serviu a outro propósito senão a organização para seus próprios propósitos e a promoção de prestígio através da liderança. Tentativas de “coordenar” os alemães vivendo no exterior devem ser analisadas principalmente dentro deste contexto e não, em especial no caso da Europa ocidental, como uma política deliberada de estabelecimento de uma organização para espionagem e subversão nos países estrangeiros, prontos para serem ativados no momento em que os interesses da política externa nazista ditassem. De fato, no momento em que o governo de Hitler pensasse em estender o seu controle sobre os alemães na Europa ocidental, existem evidências que mostram que eles haviam se afastado da promoção do pan-germanismo e direcionado-se a uma política expansionista pura, a qual não necessitava da existência de alemães “oprimidos” nos países escolhidos (MOORE, 1987, p. 48. Tradução nossa).

No contexto europeu, no entanto, inúmeros alemães residentes na Holanda eram recrutados pela Gestapo, pelas agências de espionagem e pelo próprio Partido para garantir o silenciamento dos opositores do regime, especialmente nas áreas de fronteira.

Rebatendo o argumento de Moore sobre a ascendência de interesses internos às proposições ideológicas dentro dos grupos nazistas organizados no exterior, John Perkins reafirma o importante papel da *Auslandsorganisation* no avanço das ambições de poder de Hitler. Mesmo que o discurso oficial das lideranças na Alemanha, após a tomada de poder, tenha sido a de que o nazismo não era para exportação, Perkins, analisando as atividades nazistas na Austrália, enfatiza que o reavivamento da identidade alemã e a sua identificação à ideologia nacional-socialista integrava um esforço de estratégia global (PERKINS, 1991, p. 111). No caso australiano, cujo primeiro núcleo foi formado em Adelaide em 1932, os representantes da AO tinham



por tarefa controlar os marinheiros alemães nos portos do país e afirma que, além dessas atividades, a questão da espionagem deveria ser considerada insignificante para o caso estudado.

A análise comparativa das atividades do AO-NSDAP nos diferentes países, juntamente com o panorama revelado pelos dados estatísticos internos, expõe não a ausência de uma linha homogênea de atuação, mas a necessidade de definição de diferentes prioridades para cada país ou continente. Cada núcleo partidário operava, nessa relação hierarquicamente estabelecida com o Partido na Alemanha, seguindo tanto a diretriz política estratégica que lhe era confiada, quanto nas peculiaridades internas que são próprias à formação de todo grupo político.

## Referências

- ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2011.
- BELL, Leland B. The Failure of Nazism in America: The German American Bund, 1936-1941. **Political Science Quarterly**, New York, vol.85, n.04, Dec. 1970.
- CAMPELO LUCAS, Taís. **Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento** (Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre: Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?: o partido nazista no Brasil**. São Paulo: Todas as Musas, 2012.
- EHRICH, Emil. **Die Auslands-Organisation der NSDAP**. Berlin: Junker Dünnhaupt, 1937.
- FARIAS, Víctor. **Los nazis en Chile**. vol. 1. Barcelona: Planeta, 2000.
- GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. El Partido Alemán Nacionalsocialista en Argentina, Brasil y Chile frente a las comunidades alemanas: 1933-1939. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**. Tel Aviv, v.6, n.3, 1995.
- GERTZ, René. **O perigo alemão**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HAGEMANN, Albert. The Diffusion of German Nazism. In: LARSEN, Stein Ugelvik (ed.). **Fascism outside Europe: The European Impulse against Domestic Conditions in the Diffusion of Global Fascism**. New York: Columbia University, 2001.

HIDEN, John. The Weimar Republic and the Problem of the Auslandsdeutsche. **Journal of Contemporary History**, London, v.12, n.2, April 1977.

HILL, Leonidas E. The Willhelmstrasse in the Nazi Era. **Political Science Quarterly**, New York, vol.82, n.04, Dec. 1967.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. São Paulo: Moraes, 1983.

JACKISCH, Carlota. **El nazismo y los refugiados alemanes en la Argentina**. 2ª ed. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1997.

KERSHAW, Ian. **La dictadura nazi: problemas y perspectivas de interpretación**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

McKALE, Donald M. **The Swastika Outside Germany**. Kent: Kent University Press, 1977.

MOORE, Bob. Nazism and German Nationals in the Netherlands, 1933-40. **Journal of Contemporary History**, London, vol. 22, 1987.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro**. Berlin: Metropol, 2005.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MÜLLER, Jürgen. El NSDAP en México: historia y percepciones, 1931-1940. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**. Tel Aviv, v.6, n.3, 1995.

NAMIER, Lewis. **In the Nazi Era**. London: Macmillan & Co, 1952.

NEWTON, Ronald C. **The 'Nazi Menace' in Argentina, 1931-1947**. Stanford, California: Stanford University, 1992.

NOAKES, Jeremy. Leaders of the people? The Nazi Party and the German Society. **Journal of Contemporary History**, London, vol 39(2), 2004.

PERKINS, John. Nazi Activities in Australia, 1933-39. **Journal of Contemporary History**, London, vol.26, nº1, Jan. 1991.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares en-**

**tre a Alemanha e o Brasil:** da proximidade ao rompimento (1937-1942). Porto Alegre: Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. **Associações Nazistas no Brasil (1938-1945)**. Niterói: Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1999.

SCHRODER, Hans-Jurgen. Review. **The Hispanic American Historical Review**, Duke, vol. 48, nº 2, May 1968 (Reviewed work: *Nazi German and the American Hemisphere, 1933-1941*, by Alton Frye).

SHIRER, W. **Ascensão e queda do Terceiro Reich:** triunfo e consolidação (1933-1939), vol.1. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SZNAJDER, Mario. A Case of Non-European Fascism: Chilean National Socialism in the 1930s. **Journal of Contemporary History**, London, vol. 28, nº 2, Apr. 1993.

**O III Reich e o Brasil: Documentos autênticos capturados na II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda Guerra Mundial: história e relações internacionais, 1931-1945.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

WELCH, David. Nazi Propaganda and the Volksgemeinschaft: Constructing a People's Community. **Journal of Contemporary History**, London, 2004, Vol 39(2).

*Artigo recebido em 30/04/2012, aceito 12/11/2012 e publicado em 20/12/2012.*